



**EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO  
COMARCA DE CAMBORIÚ – 1ª VARA CÍVEL  
LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO  
MELHOR LANCE, DESDE QUE NÃO A PREÇO VIL**

**DATA E HORA INÍCIO: 13/05/2019, às 11:00 horas.**

**DATA E HORA FIM: 21/05/2019, às 11:00 horas.**

**SÍTIO ELETRÔNICO (SITE): [www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br)**

Em razão da nova modalidade digital de alienações judiciais e leilões, conforme Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça, Resolução CM N. 2 de 9 de Maio de 2016, expedida pelo Conselho de Magistratura do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, a realização do leilão judicial, por meio eletrônico, ocorrerá nos termos do artigo 882, parágrafo primeiro, 886 inciso IV, artigo 887, parágrafos primeiro e segundo, do Novo CPC, artigo 5º, da resolução CM N. 2 de 09 de maio de 2016, expedida pelo Conselho Magistratura de SC, artigos 11 e 20 da resolução 236 de 13 de julho de 2016, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça. **A consignação de lance mínimo pelos licitantes, ocorrerá em 50% (cinquenta por cento) da avaliação do(s) bem(ns) penhorado(s), nos termos do artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, salvo determinação judicial em contrário.**

**Advertências: 01) Art. 889 do Código de Processo Civil:** Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência; I - o executado, por meio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo; II - o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; III - o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; IV - o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; V - o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; VI - o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; VII - o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada; VIII - a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado. Parágrafo único. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão; **02)** A verificação do estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante, se desejado, mediante disponibilidade e acompanhamento de Oficial de



Justiça, devendo ser solicitado na vara (art. 154 inciso I do CPC) ; **03**) O pagamento dos encargos relativos a propriedade (transferência patrimonial) e/ou obrigações referentes a desmembramentos, aberturas de matrículas, averbações, bem como quaisquer ônus referente a regularização de área e edificações, correrão por conta do arrematante; **04**) O procedimento expropriatório restringe-se às áreas acima individualizadas. Excluem-se quaisquer outras benfeitorias e/ou áreas remanescentes não alcançadas pelo presente instrumento editalício; **05**) (Artigo 895 § 1º do CPC) A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. ; (Artigo 895 § 8º inciso I do CPC) Em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;

**VICENTE ALVES PEREIRA NETO**, Leiloeiro Público Oficial e Rural, devidamente autorizado pela **Exma. Sra. Dra. KARINA MULLER QUEIROZ DE SOUZA**, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Camboriú-SC, venderá em Praça/Leilão, na forma da Lei, em dia, hora e local supracitados, os bens penhorados nos processos a seguir:

**1- Processo: 0003350-03.2003.8.24.0113**

**Exequente: Alexandre Krieger**

**Advogado: Rubens Adriano Zappellini**

**Executado: Ladmir Fronza**

**Advogados: Luiz Carlos Avila Junior e outros**

**Bens: 01)** Direitos sobre o imóvel com área de 1.418,70m<sup>2</sup>, localizado na rua Luiz Vieira dos Santos, esquina com a rua Francisco Barreto e rua Pedro Saut Júnior, situado na cidade de Camboriú, nesta Comarca, representado pelo saldo do lote “E” do loteamento Jardim Meiramadi, medindo 22,00m na frente, na rua 3, com 17,00m nos fundos com terras de Joaquim Garcia, onde serve de rumo um muro junto a uma vela que atravessa o terreno; extrema de um lado com terras de Bernardino Silvia, atualmente de Manoel Bastos (parte do lote “E”), onde mede 27,00m e do outro lado, onde mede 26,60m, com a rua 1, Sem benfeitorias, localizado no lado ímpar da rua 3, esquina com a rua, matrícula 12.835 do 1º RCI da Comarca de Balneário Camboriú-SC; avaliação R\$ 1.466.000,00; **02)** Automóvel GM/Ômega Diamond, 1994, gasolina, vermelho, placas MBN7790, Renavam 551308583, chassi 9BGVX19PRRB214741; avaliação R\$ 11.400,00. Total dos débitos R\$ 1.105,84 no Detran/SC e alienação Fiduciária ao Banco Mercantil de São Paulo S/A em 24/04/2019. Total da avaliação R\$ 1.477.400,00 em 20/05/2016. **Depositário:** Ladmir Fronza. **Vistoria:** rua Luiz Vieira dos Santos, 70, centro, Camboriú-SC.

**Ônus:** Os tributos incidentes sobre os bens móveis e imóveis, multas sobre os automóveis, correrão por conta exclusiva do arrematante, salvo decisão judicial, nos termos dos artigos 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, e artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro. Os honorários do Leiloeiro Oficial, na razão de 5% (cinco por cento), do valor



do lance vencedor, ocorrerão por conta do arrematante, comprador, remitente ou adjudicante em caso de arrematação, aquisição, acordo/remição ou adjudicação, respectivamente, conforme decisão judicial. Maiores informações com o **Leiloeiro Público Oficial e Rural VICENTE ALVES PEREIRA NETO**, através do site [www.agencialeilao.com.br](http://www.agencialeilao.com.br), a opção fale conosco, ou através do e-mail [agencialeilao@agencialeilao.com.br](mailto:agencialeilao@agencialeilao.com.br), com endereço na Rua Xavantes, 54, Centro Empresarial CRH, Atiradores, Joinville-SC. **Exma. Sra. Dra. KARINA MULLER QUEIROZ DE SOUZA**, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Camboriú-SC.